

UM EXAME DE OBJEÇÕES A RYLE SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS TERMOS PSICOLÓGICOS INTENCIONAIS

Filipe Lazzeri

Jorge M. Oliveira-Castro

Resumo

Este artigo apresenta, brevemente, uma perspectiva, baseada em parte na abordagem de Ryle, acerca das funções dos termos psicológicos intencionais, tais como empregados na linguagem ordinária. De acordo com esta perspectiva, termos psicológicos intencionais descrevem padrões conhecidos de comportamento, que são determinados por mecanismos seletivos de causação. Isto é, esses termos descrevem relações entre certas respostas, selecionadas a partir das consequências que elas produzem no ambiente, e contextos de sua ocorrência, aos quais elas se tornam associadas. Não se trata de termos que designem causas internas de um dado comportamento, antes o explicando apenas no sentido de enunciarem que ele era de se esperar, se pudermos identificar seu padrão comportamental maior e o contexto em que ocorre. Passamos, então, a examinar três objeções principais que foram levantadas contra a posição de Ryle, nomeadamente: (a) o desafio de Davidson a perspectivas não causais sobre as explicações em termos de razões; (b) as preocupações de Armstrong em “deixar-se os contrafactuais suspensos no ar”; e (c) a objeção holista ao (equivocadamente) presumido atomismo de Ryle. Procuramos mostrar que nenhuma dessas objeções coloca problemas sérios à perspectiva sugerida.

Abstract

This paper briefly presents an account, partially based upon Ryle's approach, of the functions of intentional psychological terms as they are used in ordinary language. According to this account, intentional psychological terms describe known patterns of behavior that are determined by selective mechanisms of causation. That is, these terms describe relations between certain responses, selected on the basis of the consequences they produce in the environment, and contexts of their occurrence, to which they become associated. Intentional psychological terms do not point to inner causes of a given behavior, but can explain it only in the sense of stating that it could be expected to occur, if we can identify its behavior pattern and the context in which it occurs. We proceed then to examine three main objections that have been raised against Ryle's position, namely: (a) Davidson's challenge to the non-causal accounts of reason-explanations; (b) Armstrong's worries about “leaving the counterfactuals hanging in the air”; and (c) the holistic objection to the (wrongly) presumed Ryle's atomism. We aim at showing that none of these objections pose serious problems to the proposed account.

Introdução

A abordagem de Ryle (1949) sobre o funcionamento dos termos psicológicos comuns, como é sabido, vem, geralmente, sendo considerada pouco plausível, em livros de introdução à filosofia da mente e outros textos que examinam alguns de seus aspectos. Costuma-se alegar contra a abordagem (*inter alia*) ser inaceitável conferir um estatuto não-causal a tais termos¹ e que o caráter holista dos enunciados que eles compõem vai-lhe de encontro².

Presentemente, com efeito, abordagens de caráter mentalista sobre os termos psicológicos comuns são predominantes. Segundo esta perspectiva, tais termos, pelo menos em suas funções predicativas (ou atributivas), têm como característica básica de seu funcionamento designar entidades internas (localizadas em uma parte do corpo, geralmente considerada o cérebro) que determinam causalmente os comportamentos que supõem explicar ou predizer. O mentalismo é assumido, de modo explícito ou tácito, como uma premissa básica, diante da qual qualquer perspectiva de tipo não-causal sobre o vocabulário psicológico comum “é” reduzida ao absurdo e desqualificada – como se a premissa fosse óbvia e indiscutível.

Em contraposição à tendência mentalista, este trabalho sustenta uma abordagem sobre o funcionamento de parte dos termos psicológicos comuns que se baseia, fundamentalmente, naquela de Ryle (1949) e no behaviorismo operante. Trata-se de uma combinação de algumas análises dos termos psicológicos intencionais delineadas por Ryle e das linhas gerais da concepção selecionista do comportamento intencional ou proposital defendida pelo behaviorismo operante, respondendo a algumas das objeções principais levantadas a Ryle. Como tal combinação assemelha-se ao behaviorismo teleológico de Rachlin (1994), valemo-nos de alguns raciocínios deste autor e cremos não ser incorreto julgar-se que estejamos simultaneamente apoiando alguns aspectos centrais de sua abordagem.

O trabalho cinge-se aos termos psicológicos intencionais, tais como, por exemplo, ‘achar’ (no sentido de opinião), ‘querer’ e ‘tencionar’, ou seja, àqueles que, conforme se

¹ Cf., por exemplo, Armstrong (1968: 56), Fodor (1975: 2ss) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007 [1996]: 42).

² Cf., por exemplo, Heil (2004 [1998]: 61-62), Putnam (1964: 673) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007 [1996]: 44-45).

tem usualmente reputado, estão associados a fenômenos que exibem a propriedade da intencionalidade (no sentido de Brentano) e são analisáveis sob a forma ‘*s V que p*’ (em que *s* está para um organismo ou sistema qualquer, *V* é um verbo intencional e *p* é o complemento deste verbo expressando um “conteúdo proposicional”)³. Embora a abordagem e as respostas aqui delineadas às objeções estendam-se não só a tais termos, mas também àqueles a respeito de traços de personalidade ou de caráter (como, por exemplo, ‘ser inteligente’, ‘ser organizado’, ‘ser agressivo’, etc.), optamos por fazer tal recorte, porque pelo menos duas das três objeções consideradas não são geralmente levantadas incluindo-se a categoria dos termos para tais traços. Observe-se que não estão em questão predicados para sensações e emoções (como, por exemplo, ‘sentir raiva’, ‘sentir dor’ e ‘estar com frio’), o que ocorre porque consideramos que possuem algumas feições peculiares; dentre as quais, uma feição não inteiramente disposicional (sem que isso implique que mereçam um entendimento mentalista).

Está em foco primário o emprego predicativo e ordinário dos termos intencionais. A observação de que apenas o emprego predicativo o está deve-se a que, por certo, os termos intencionais nem sempre figuram em predicacões. Isto ocorre, marcadamente, em certos casos de enunciados em primeira pessoa que Ryle e Wittgenstein chamam de *manifestações* (‘avowals’, ‘Äusserungen’) e que se qualificam como formas daquilo que Austin (1975 [1962]) denomina *proferimentos performativos*. Nossa opção baseia-se no fato de que o foco das objeções que avaliamos está no uso destes termos para se explicar e predizer comportamentos. A observação de que apenas o emprego ordinário está em foco maior deve-se a que tais termos, como é sabido, têm um sentido técnico em algumas discussões em filosofia e pesquisas empíricas.

Uma motivação natural deste trabalho, além de a de considerarmos equivocada a tendência mentalista (em razão de argumentos como aqueles que ressaltamos na seção 1), é a relevância da questão. Tais termos são centrais nas práticas linguísticas ordinárias, e,

³ Ao longo do texto, a partir daqui, empregamos a expressão ‘termos intencionais’ e expressões análogas (como ‘atribuições intencionais’), ao invés de ‘termos psicológicos intencionais’ e análogas, sem, no entanto, pressupor que todo termo intencional seja de caráter psicológico. Autores como Dennett (1987) e Millikan (1984) mostram bem, a nosso ver, que a intencionalidade está dispersa na natureza, para além de fenômenos psicológicos.

como salienta Strawson (1992), é de interesse filosófico uma compreensão explícita do funcionamento de categorias assim centrais, para além do domínio simplesmente tácito que delas se tem. Além disso, é sabido que se trata de uma categoria conceitual que permeia várias questões em filosofia da mente e em outras áreas da filosofia. Ademais, em algumas ciências (tal como a psicologia e as ciências sociais), há decisões metodológicas que pressupõem uma posição com respeito ao seu funcionamento. Em outras palavras, é correto dizer-se (nisso seguindo parte de um raciocínio de Ryle⁴) que um mapeamento correto de tal funcionamento, inclusive distinguindo maneiras equivocadas de operar estes predicados, é potencialmente útil para aguçar-se a percepção dos fenômenos a eles verdadeiramente relacionados, evitar-se erros de categoria e ser-se bem guiado em certas decisões metodológicas.

Na primeira seção do trabalho, delineiam-se alguns elementos da abordagem de Ryle, coadunada com a concepção operante, selecionista do comportamento dito intencional ou proposital. É possível que a interpretação que é desta maneira conferida à abordagem de Ryle não lhe seja inteiramente fidedigna; porém, note-se que a preocupação aqui não é de mantê-la estritamente em seus termos e sem modificações. Antes, é a de mostrar que, assim complementada (uma combinação que reputamos ser correta como compreensão da categoria conceitual referida), a abordagem não sofre as objeções provavelmente principais que lhe foram feitas. Nas seções subsequentes, procura-se responder a elas: (a) o desafio de Davidson ao não-causalismo sobre as explicações intencionais; (b) a objeção de Armstrong de que Ryle estaria deixando os contrafactuais das predicções intencionais “suspensos no ar”; e (c) a objeção holista, que é frequentemente feita ao autor. Se nossa argumentação estiver correta, mostramos que, ao contrário do consenso que parece ter sido criado em filosofia da mente, nenhuma destas objeções constitui real dificuldade à sua proposta, ao menos quando assim complementada.

O trabalho não entra em pormenores sobre a concepção operante mencionada, mesmo porque nos é relevante, nele, assumirmos apenas os aspectos mais gerais desta

⁴ Cf. Ryle (1949: 7-8).

concepção⁵. A saber, a ideia de que se trata de um comportamento regido por causação seletiva (como o são as espécies biológicas). Assumimos que o comportamento deste tipo é uma entidade funcional e histórica, que se define em termos das consequências ambientais que as respostas emitidas pelo organismo produzem (e não da topografia destas). As respostas variam em suas propriedades, algumas das quais, fazendo frente às restrições ambientais, são selecionadas, passando a ter uma ocorrência mais frequente, enquanto que, outras, destituídas das propriedades relevantes ou produzindo consequências aversivas, passam a ter uma ocorrência menos frequente.

Essa forma de processo de *seleção pelas consequências*, como Skinner (1988 [1981]) o denomina, é responsável pela modelagem, determinação e manutenção dos padrões comportamentais constituídos por tais respostas. Assim, estas são entendidas como produtos da história de interação de respostas passadas com o ambiente maior (e da filogênese que as enraízam). Segundo este modelo, estímulos ambientais presentes (ou contextos), que antecedem a ocorrência delas, não são seus determinantes mais fundamentais, embora eventualmente exerçam controle sobre elas. Aquelas selecionadas tornam-se associadas aos contextos de sua ocorrência, quando a produção das consequências que as selecionaram depende deles. Desta maneira, os contextos que compartilham a característica relevante, seja física ou funcional, passam a constituir ocasião para a futura ocorrência de tais respostas. Às relações entre consequências, respostas e contextos (que, segundo a perspectiva molar que adotamos⁶, não são necessariamente contíguas temporalmente), chamamos de *contingências de reforço*, quando as primeiras aumentam a probabilidade de ocorrência das segundas (ou reforçam-nas), e *de punição*, quando, ao invés, diminuem sua probabilidade (ou punem-nas).

1. Sobre o funcionamento das predicações intencionais

[Q]uando descrevemos as pessoas como estando exercendo qualidades mentais, não estamos nos referindo a episódios ocultos dos quais seus atos e proferimentos manifestos

⁵ Sobre ela, cf., por exemplo, Baum (2005 [1994]: cap. 4), Chiesa (1994: cap. 5), Skinner (1969) e Glenn *et al.* (1992).

⁶ A respeito da visão molar, cf., por exemplo, Rachlin (1989).

são efeitos; estamos-nos referindo àqueles atos e proferimentos mesmos. Há, claro, diferenças, cruciais para nossa investigação, entre descrever-se uma ação como sendo realizada de modo distraído e descrever-se uma ação fisiologicamente similar como sendo com propósito, cuidado ou astúcia. Mas tais diferenças de descrição não consistem na ausência ou presença de uma referência implícita a alguma ação-sombra prefaciando encobertamente a ação manifesta. Consistem, ao contrário, na ausência ou presença de certos tipos de asserções explicativas-preditivas testáveis.⁷

[Q]uando falamos da mente de alguém, não estamos falando de um segundo teatro de acontecimentos de estatuto especial, mas de certas maneiras em que alguns destes acontecimentos de sua vida estão ordenados.⁸

O objetivo desta seção é sumarizar *alguns* traços dos termos intencionais com base na abordagem de Ryle (1949) e no modelo supramencionado, a fim de preparar o terreno para nossa avaliação das objeções à abordagem⁹. Um primeiro traço destacável é o de que se tratam de predicados da categoria do – são aplicados com sentido apenas ao – *organismo* (ou *sistema*) *como um todo*, e não da categoria de partes dele¹⁰. Diz-se que a pessoa, o cachorro e, de modo geral, certos organismos inteiros (ou, eventualmente, por exemplo, um robô que satisfaça os critérios relevantes) têm este ou aquele atributo intencional, e não (salvo metaforicamente) que mentes, cérebros ou partes de cérebro tenham atributos intencionais. Por exemplo, não se diz que o cérebro de um pombo queira pousar em determinada árvore, mas, antes, que o pombo o queira; e não se diz que algo em uma pessoa pretenda escrever uma obra filosófica extensa, mas, sim, que a pessoa o pretenda. Os predicados em questão e suas negações, simplesmente, por uma questão de gramática, não se aplicam a partes dos sistemas, tal como ‘caminhar’, ‘acordar’ e suas respectivas negações não se aplicam a rochas e planetas.

Uma segunda característica é a de que possuem um caráter disposicional. Ou seja, eles são aplicáveis em um momento *t* a um sistema mesmo sem correspondentes ocorrências em *t* que constituem critérios para sua aplicação. Por exemplo, uma pessoa pode ter vários propósitos e opiniões, mas não estar realizando qualquer coisa diretamente

⁷ Ryle (1949: 25).

⁸ Ryle (1949: 167).

⁹ Embora falemos dos predicados em questão de uma maneira geral, admitimos que nem todos necessariamente apresentam todos os traços seguintes, na medida em que, sendo parte da linguagem comum, informal, possuem, por vezes, algumas nuances que escapam a uma arregimentação maior.

¹⁰ Este aspecto conceitual é, mais recentemente, enfatizado e desenvolvido por Bennett e Hacker (2003).

relacionada a tais propósitos e opiniões (como acontece quando está dormindo). Além disso, sua lógica é diferente daquela de expressões para episódios (ou ocorrências), não fazendo sentido se dizer, como destes, que crenças, saberes, propósitos e similares tenham propriedades como a de poderem ser coisas paradas por um momento e continuadas em seguida, poderem ser apontadas ostensivamente como estando em certo lugar e poderem ocorrer sincronicamente¹¹. Não se diz que alguém tenha tido duas opiniões e duas expectativas durante dez minutos, depois suspendidas e retomadas uma hora depois, e não se as pode apontar com o dedo dizendo-se “Aqui estão, veja-as!”.

Este caráter disposicional de enunciados intencionais não significa que estejam para disposições como entidades de algum tipo. Fazer isso seria deixar-se de levar em conta seus critérios de aplicação, ou tomá-las como expressões referenciais que elas não são¹². Podemos entendê-lo em termos daquilo que Tanney (2009) qualifica como sendo o funcionamento *contextualizador* de tais enunciados. Eles abreviam disjunções de enunciados hipotético-subjuntivos, da forma (*grosso modo*) “Se a circunstância *S* fosse o caso, então ocorreria (provavelmente) a ação *A*”, e servem como “bilhetes para inferência” (*inference-tickets*). Ou seja, são atribuições que explicam ou predizem comportamentos ao sinalizar que determinados contextos são ocasião para certos comportamentos, assim legitimando inferências sobre correlações deste tipo existentes ao longo do tempo. Encaixando comportamentos a contextos aos quais estão associados, supondo-se que a associação é em certa medida familiar, elas tornam inteligível e previsível sua ocorrência.

O critério de aplicação das atribuições intencionais são relações entre comportamentos e contextos. Quando predicamos propósitos, expectativas, etc., olhamos para comportamentos ocorridos nos contextos que lhe dão ocasião, e não para causas (ou supostas causas) interiores ao organismo. São tais relações que decidem a aplicabilidade ou não de determinada atribuição intencional¹³. Por exemplo, se Pedro diz que tem o propósito de escrever uma obra filosófica extensa, julgamos pelo que ele faz. A pergunta que

¹¹ Cf. também Wittgenstein (1967).

¹² Este equívoco conceitual por vezes é decorrência, dentre outras coisas, da forma lógica enganadora dos enunciados intencionais, semelhante à de expressões referenciais. Sobre tal tipo de influência enganadora, cf. Ryle (1932).

¹³ Cf. também Melden (1961).

normalmente seria feita para se saber sobre a veracidade disso averiguaria se sua conduta condiz com determinadas práticas de alguns filósofos. Não condissesse com elas, evidentemente não se diria que Pedro teria tal propósito. Além disso, é comum sermos levado a dizer que alguém quer fazer determinada coisa e tem certa opinião apenas por tê-lo asseverado (às vezes de modo bastante direto, em *avowals*), mas, no futuro, virmos a constatar, com base em sua conduta ao longo do tempo, que, na verdade, suas intenções e crenças eram outras, e, às vezes, a própria pessoa vir a corrigir-se.

Esse ponto fica particularmente claro quando há alguma razão para a pessoa esconder o real propósito de suas condutas, como frequentemente ocorre em um tribunal criminal, por exemplo. Quando o réu se declara inocente de um determinado crime, como o júri decide sobre suas verdadeiras intenções? A decisão baseia-se em fatos sobre as condutas do réu que se encaixam, mais ou menos, em padrões conhecidos de fluxos meio-fim¹⁴. Se a pessoa comprou uma arma de fogo dois dias antes do crime, havia discutido fervorosamente com a vítima alguns dias antes a respeito de um negócio que envolvia milhões de reais, foi vista no local do crime no horário estimado da morte, não foi capaz de apresentar qualquer álibi para tal horário, a balística confirmou que os indícios são compatíveis com a arma adquirida pelo réu, e assim por diante, não haverá muito espaço para dúvidas quanto à autoria e propósito do crime. E, quando isso ocorre, não tem muita relevância o fato do réu alegar inocência. São suas condutas que são analisadas e avaliadas, com referência aos padrões que conhecemos, de forma geral e não sistemática, sobre como as pessoas costumam agir em certos contextos. Em momento algum é necessário, para se decidir sobre o dolo e a culpabilidade do acusado, investigações relacionadas ao interior dele.

Segundo esta perspectiva, então, é redundante tomar-se os predicados intencionais como remissões a coisas para além das relações entre comportamento e o ambiente maior envolvendo o sistema como um todo. Inferir-se que alguém interage, interagiu e/ou vai interagir de uma determinada maneira, exibindo tais e tais relações comportamentais, e tais e tais atributos intencionais, é análogo a proceder como alguém que conhece os prédios e atividades de uma universidade, mas ainda se pergunta por onde está a universidade. O

¹⁴ Cf. também Peters (1958).

termo ‘universidade’ não diz respeito a algo além destas relações, e, analogamente, os enunciados intencionais não estão para algo além de relações apropriadas entre ações e circunstâncias ambientais. A conjunção de enunciados sobre relações comportamentais e contextuais relevantes estendidas no tempo, levando-se em conta aquelas às quais, no passado, o sistema foi submetido – ou seja, conforme sugerimos, enunciados das contingências de reforço ou de punição –, não dá margem para acréscimos de elementos paralelos como *denotata* das atribuições intencionais.

O fato de alguém exibir comportamentos que costumam constituir critério para determinadas atribuições intencionais sem que verdadeiramente as satisfaçam, como acontece nos filmes, não constitui contraexemplo à abordagem. Deve-se considerar que a diferença entre um ator e a pessoa que ele interpreta reside no fato de os atos de um compõem os padrões de comportamento relevantes, enquanto que, os do outro (o ator), não¹⁵. Os atos imitativos do ator não estão em harmonia com os demais que realiza em contextos fora de cena, se ele efetivamente não compartilha as opiniões e intenções interpretadas. Em outras palavras, sua conduta estendida no tempo não satisfaria a um teste de condicionais hipotéticos estabelecendo correlações comportamentais e contextuais que a pessoa interpretada satisfaria.

Outra característica das atribuições em questão é a de que elas, pelo menos em um sentido importante, não são causais, ainda que os comportamentos que por vezes explicam, certamente, sejam causados e admitam explicações causais. Elas não são causais no sentido de que, com elas, não estamos fazendo referência a coisas internas que respondem a por que o comportamento ocorre. Elas explicam comportamentos apenas no sentido de que os contextualizam no âmbito do padrão molar de atividades, sinalizando prováveis relações em que entram ao longo do tempo, excluindo outras. (São causais apenas no sentido muito amplo de que sinalizam *indiretamente* para processos históricos de seleção pelas consequências.)

Por fim, naturalmente, não se nega a importância dos estados e processos estruturais subjacentes aos padrões comportamentais. O que se sugere é que o significado destas atribuições, em seu emprego ordinário (ou ainda, o que significa ter um propósito, uma

¹⁵ Cf. Rachlin (1994).

opinião, etc.), não diz respeito às entidades estruturais, mas sim aos próprios padrões. Estes, certamente, têm condições estruturais – no caso de organismos, neurofisiológicas, herdadas da filogênese, e, além disso, aspectos estruturais moldados pela seleção ontogênica (que passam a atuar como causas próximas). No entanto, não há equivalências, sejam tipo-tipo ou exemplar-exemplar, entre predicções intencionais e enunciados correspondentes aos fatores estruturais. O fato de que haja certos estados e processos cerebrais no momento de ocorrência de uma ação pode ser indicativo de que tais entidades concomitantes sejam condições dela e, portanto, condições para a verdade de certas predicções intencionais; mas uma coisa é ser condição para sua verdade, e, outra, ser seus fazedores (ou fatores) de verdade. Ocorre algo análogo aqui à relação entre os átomos do corpo, que são condições para que ele realize certos processos, e os processos mesmos, que se definem em razão de outros fatores.

2. O caráter racionalizador das predicções intencionais requer que sejam causais?

Uma das objeções à abordagem de Ryle é feita por Davidson, dirigida à perspectiva não-causal das “razões”:

Quando perguntamos por que alguém agiu como o fez, queremos ser providos com uma interpretação. [...] Quando aprendemos sua razão, temos uma interpretação, uma nova descrição da ação que realizou, que a ajusta a uma imagem familiar. A imagem inclui algumas de suas crenças e atitudes [...]. Para além disso, a redescricao de uma ação proporcionada por uma razão pode colocar a ação em um contexto social, econômico, linguístico ou avaliativo maior. [...]

[É] um erro pensar-se que, porque colocar a ação em um padrão mais abrangente a explica, disso entendamos o tipo de explicação envolvida. Falar-se em padrões e contextos não responde à questão de como razões explicam as ações, já que o padrão ou contexto relevante contém tanto a razão como a ação. Uma maneira de explicar um evento é colocá-lo no contexto de suas causas; causa e efeito formam o tipo de padrão que explica o efeito, em um sentido de ‘explicar’ que entendemos tão bem quanto qualquer outro. Se razão e ação ilustram um padrão diferente de explicação, este padrão deve ser identificado.¹⁶

Creemos que a objeção pode ser representada, de modo aproximado, da seguinte maneira, restringida às explicações intencionais:

¹⁶ Davidson (1980 [1963]: 9-10).

- (1) Se a explicação intencional não fosse de tipo causa-efeito, então, se ela dissesse que uma ação ocorre por causa de atributos intencionais e o contexto de uma ação incluísse os atributos intencionais que o agente tem com relação a esta (a ação), então o tipo de padrão explicativo da explicação intencional não seria inteligível.
- (2) Suponha-se que a explicação intencional não seja de tipo causa-efeito. (Hipótese)
- (3) Logo, se ela dissesse que uma ação ocorre por causa de atributos intencionais e o contexto de uma ação incluísse os atributos intencionais que o agente tem com relação a esta, então o tipo de padrão explicativo da explicação intencional não seria inteligível. (De (1) e (2), *modus ponens*)
- (4) Ora, a explicação intencional diz que uma ação ocorre por causa de atributos intencionais e o contexto de uma ação inclui os atributos intencionais que o agente tem com relação a esta.
- (5) Logo, o tipo (não-mentalista) de padrão explicativo da explicação intencional não seria inteligível. (De (3) e (4), *modus ponens*)
- (6) Logo, se a explicação intencional não fosse de tipo causa-efeito, então seu tipo de padrão explicativo não seria inteligível. (De (2) e (5), introdução do condicional)

O argumento de Davidson, assim entendido, não é uma tentativa de inferir conclusivamente que as explicações intencionais sejam causais, mas, antes, um desafio à perspectiva geral exemplificada pela abordagem de Ryle de mostrar como enunciados intencionais podem ser explicativos sem que exibam a forma de enunciado para atributo intencional como causa e ação como efeito.

Deixando-se de lado, por um momento, a pressuposição problemática (que se figura na premissa (4), particularmente na segunda parte da conjunção) de que há atributos correspondentes presentes no contexto do comportamento, julgamos que o desafio de demonstrar que explicações intencionais não se constituem em explicações de causa-efeito pode ser enfrentado. Do fato de elas terem uma forma segundo a qual um comportamento ocorre “por causa” de determinados atributos intencionais do agente, não se segue que estes sejam suas causas. Segundo a abordagem aqui proposta, um comportamento é efetivamente explicado desta maneira no sentido de ser contextualizado no âmbito de um padrão (molar

operante) que ele compõe e de uma circunstância que constitui ocasião para resultados tipicamente produzidos sob ela por comportamentos similares. Trata-se de uma forma de explicação teleológica, em que o porquê do comportamento particular é remetido às consequências que comportamentos similares tendem a produzir, sob os contextos apropriados. Silogismos práticos e atribuições “racionalizadoras” análogas têm alguma força explicativa (para fins das práticas comuns), ainda que sem ser propriamente causal, então, na mesma medida em que o comportamento referido é direcionado a consequências típicas e que participam na determinação histórica do padrão maior do qual é parte constitutiva¹⁷.

No caso das explicações intencionais, ao afirmarmos, por exemplo, que “João adquiriu um cavalo árabe porque tem a intenção de participar de enduros equestres”, a expressão ‘porque’ indica, simplesmente, que “comprar um cavalo árabe” é um dos comportamentos típicos de quem pretenda participar de enduros, pois a pessoa precisa possuir um animal de montaria e a raça árabe é considerada a mais adequada para esse tipo de atividade. Desta maneira, indica-se que o comportamento em questão faz parte de um determinado padrão comportamental, e não de outros padrões comportamentais. Está-se negando, por exemplo, que João tenha comprado o animal para presentear sua filha, ou para iniciar um criatório de animais árabes, ou para agradar o vendedor que é um político importante de quem precisa de favores. Tais expressões explicam no sentido de contextualizar uma ação no âmbito de um padrão conhecido de atividades e relações ambientais, excluindo outros, o que faz com que o comportamento apresentado passe a ser esperado ou previsível¹⁸.

A objeção em questão alega não haver inteligibilidade em uma maneira não-causal de enunciados intencionais desdobrarem um papel explicativo provavelmente em razão do

¹⁷ Adotamos, aqui, uma interpretação da forma de explicação teleológica proposta por Wright (1972). Em Rachlin (1994), encontramos esta forma de explicação delineada de maneira um pouco diferente, a partir da noção aristotélica de causa final. Os padrões de comportamento que as predicções intencionais conotam são entendidos por ele como “causas” finais de padrões menos molares e das atividades singulares que os constituem. Cf. também Dutra (2006).

¹⁸ Outros níveis de explicação podem ser necessários se houver interesse em indagar-se a respeito do modo em que João veio a aprender que cavalos árabes são os mais aptos para a prática de enduro equestre ou de como João veio a tomar gosto pelo esporte. Esses outros níveis podem envolver explicações selecionistas para o comportamento de João.

pressuposto, correspondente a uma parte da premissa (4), de que os termos intencionais estão para coisas presentes. Embora tal premissa possa estar subjacente a algumas das análises não-causalistas indagadas por Davidson, não o está na abordagem de Ryle, ou pelo menos na perspectiva aqui sugerida nela baseada. Como salientado na seção precedente, tais termos (em seu emprego predicativo) dizem respeito a padrões de comportamento estendidos no tempo, e, assim, não é correto dizer-se que estejam para entidades ou propriedades presentes em um momento particular.

3. Os fazedores de verdade das predicções intencionais têm de ser estados internos?

Considere-se agora a objeção de Armstrong. O autor assim a expressa:

Ora, não há dúvida de que enunciados verdadeiros que atribuem disposições a objetos na ausência de uma manifestação [...] regularmente envolvem a verdade de contrafactuais adequados. Mas Ryle, por assim dizer, deixa seus contrafactuais suspensos no ar [*'leaves his counterfactuals hanging in the air'*]. Quero dizer com isso que ele parece pensar que não precisa dizer o que há no mundo que faz tais contrafactuais serem verdadeiros. No lugar de disposições não-manifestas, ele conecta [*'he plugs in'*] contrafactuais, mas não diz nada sobre aquilo que faz com que tais contrafactuais sejam verdadeiros. [...] Qual é o fundamento na realidade – o que alguns filósofos hoje em dia chamam de *fazedor de verdade* – para a verdade deles? Pareceria que uma parte essencial do fazedor de verdade deve ser um estado interno apropriado da coisa que está na disposição. Mas em tal caso, por que não identificar a disposição com o estado interno?¹⁹

Armstrong está de acordo com Ryle que as predicções intencionais deixam-se analisar em termos de condicionais contrafactuais que relacionam contextos e comportamentos. No entanto, o autor pensa que Ryle não estabelece os fazedores de verdade destes enunciados, por não fazer com que estes se refiram a estados internos. O fazedor de verdade de um contrafactual constituinte de uma predicção intencional teria de ser um estado interno porque, do contrário, o contrafactual ficaria “suspense no ar”. Esta objeção pode ser entendida, então, como uma forma de desafio de mostrar-se como tais predicções podem ter fatores para sua veracidade que não sejam estados internos.

Como dito acima, o caráter disposicional dos enunciados em questão, segundo a abordagem, não significa que eles estejam para disposições entendidas como algum tipo de

¹⁹ Armstrong (1999: 64; grifo do autor).

entidade, mas que desempenham suas funções de uma maneira contextualizadora. Trata-se de uma abreviação de certas relações históricas e indução de outras similares, assim permitindo inferências e cobranças de comportamentos que nelas se encaixem, e não de uma maneira de reportar fatos específicos. Por certo, é característica da lógica dos enunciados intencionais serem eles verdadeiros ou falsos quando não há comportamentos relevantes exibidos em um momento particular. Sugerimos que isso se deve, justamente, por aquilo que determina sua verdade serem padrões de comportamento, estendidos no tempo. (Nessa medida, pode-se considerar que a abordagem estabelece os fazedores de verdade destes enunciados, no sentido amplo de um “fundamento na realidade” para sua verdade.)

Um possível diagnóstico da suposição de Armstrong é o de que não atenta suficientemente para os critérios de aplicação dos termos em questão. Ao avaliarmos a aplicabilidade ou não de determinado enunciado intencional, são basicamente os comportamentos que o decidem. Fundamentamos nossas decisões a esse respeito com base nas condutas, as quais devem se encaixar em determinados padrões mais ou menos conhecidos, frequentemente em termos daquilo que funciona como meio para que fins sejam alcançados em determinada sociedade. Se Pedro diz (de maneira verídica) que tem o propósito de escrever uma obra filosófica extensa, pode-se esperar que exiba um certo padrão de ações que funcionam como meio para atingir esse objetivo, tais como ler muito e escrever vários textos de filosofia. Se essas atividades não ocorrerem, dificilmente poder-se-ia afirmar que Pedro tenha realmente essa intenção, e em momento algum seria necessário investigar o que acontece no interior de Pedro, neurológica ou psicologicamente.

Armstrong (1999: 62)²⁰, em sua argumentação, evoca certos casos extremos, nos quais um organismo satisfaria uma predicação intencional mesmo que em nenhum contexto apropriado o organismo realizasse os comportamentos esperados. Isso supostamente refutaria a tese de que correlações comportamentais-ambientais são o amparo dos enunciados subjuntivos referidos, pois, dessa maneira, a veracidade deles ficaria sem ser explicada. Por exemplo, dado o argumento de Armstrong, seria, em princípio, possível

²⁰ Cf. também Armstrong (1968: 71-72).

aplicar corretamente uma atribuição intencional a uma pessoa totalmente parálitica. Assim entendida, a objeção pode ser representada, aproximadamente, da seguinte maneira:

- (1) Se predicções intencionais pudessem ser verdadeiras quando não houvesse qualquer comportamento sendo realizado em quaisquer contextos que lhe são ocasião, então elas não teriam como fazedores de verdade correlações entre comportamentos e contextos.
- (2) Ora, elas podem ser verdadeiras quando não há qualquer comportamento sendo realizado em quaisquer contextos que lhe são ocasião.
- (3) Portanto, elas não têm como fazedores de verdade correlações entre comportamentos e contextos. (De (1) e (2), *modus ponens*)

Consideramos que esta objeção não atinge à abordagem de Ryle porque a premissa (2) é implausível. É preciso considerar-se as ações em sua dimensão temporal, em uma escala possivelmente larga de tempo. Para um organismo parálitico, a veracidade de uma predicação do tipo em questão é, ainda e efetivamente, uma questão de realização de comportamentos. Se o organismo estivesse nos contextos apropriados, ele provavelmente realizaria aqueles que estaríamos legitimados a esperar. Se, por exemplo, uma pessoa quisesse alguma coisa, ela provavelmente pediria a alguém que lha trouxesse, ou faria algum gesto ou alguma outra coisa que sinalizasse para isso. Se se tratasse de um caso em que, por anos e anos, a pessoa estivesse totalmente paralisada, sem poder executar *qualquer* ato, a legitimidade das atribuições intencionais à pessoa seria questionável. Não há a possibilidade de um organismo ter, por exemplo, o desejo de beber água e não se comportar de modo a obter água em pelo menos algumas das ocasiões propícias, pois é constitutivo do significado de ter-se o desejo de beber água (é critério de aplicação das atribuições respectivas) haver condutas que conduzem a tal consequência (reforçadora). Dado que não há qualquer sinal dessa conduta (sob contextos que lhe seriam ocasião), não há desejo de beber água.

Em alguns casos a pessoa pode, apesar de ter desejo de beber água, não emitir os comportamentos típicos em um dos contextos. Por exemplo, quando ela está se preparando

para fazer um exame médico que exija jejum total. O que ocorre neste tipo de caso é que o desejo de beber água e a intenção de fazer o exame corretamente “estão se contrapondo”. Mas o fato de dois ou mais atributos intencionais oporem-se não faz com que se tornem ocorrências internas. Mesmo nesse tipo de caso, comportamentos relacionados ao desejo de beber água provavelmente ocorreriam, pois a pessoa provavelmente comentaria que sente sede e não pode beber. No caso de um animal não-humano, por exemplo, quando se afirma que “o rato deseja beber água, mas teme levar um choque”, não se está a inferir estados internos, mas a descrever uma história de interação do organismo com seu ambiente, a qual observamos ou conhecemos de outra forma.

No entanto, se, mesmo na ausência de obstáculos ou tendências contrárias identificáveis no ambiente, o rato não mais beber água, o que diríamos? Comprovaríamos que é possível haver uma intenção interna, não formada por comportamentos, ou, como diria Austin (1946), não saberíamos o que dizer? Parece-nos que, nessa situação hipotética, tenderíamos a modificar os nossos conceitos e distinguir ratos que bebem água de ratos que não bebem. Os exemplos extremos de Armstrong se assemelham a esse caso, pois com o passar do tempo e com a ausência total de atos, as pessoas não saberiam mais o que dizer a respeito de expectativas e desejos de uma pessoa completamente parálitica. A objeção do autor, portanto, deixa de levar em conta os critérios de aplicação dos predicados em questão em seu emprego ordinário.

4. A cadeia inferencial de predicacões intencionais implica o mentalismo?

Por fim, há a conhecida objeção holista, a mais comumente mencionada como barreira à abordagem. A objeção é levantada nos termos seguintes:

Mas há realmente qualquer comportamento característico de uma dada crença? Pode uma ação ser descrita como “agindo como se você tivesse uma tal e tal crença”, a não ser que tomemos por certo, ou estivemos de alguma maneira especialmente informados sobre, as necessidades e quereres do agente?²¹

Qualquer tentativa de dizer qual comportamento segue-se de um dado estado mental pode ser mostrada como falsa pela invenção de um exemplo no qual o estado mental está

²¹ Geach (1957: 8).

presente, mas, devido à adição de novas crenças ou desejos, o comportamento não se segue. Não adiantará tentar impedir tais casos através de uma cláusula geral: [fixar-se que] se você acha que há um urso no caminho, acha que ursos são perigosos e deseja evitar animais perigosos, estará disposto a fugir. O problema aqui é que se reintroduz menção a estados mentais na cláusula. Estas são precisamente as coisas que se estava tentando reduzir pela análise.²²

A objeção afirma que os enunciados intencionais andam implicitamente sempre juntos, não isoladamente, de modo que não é possível caracterizar um deles sem introduzir outros. Um seria verdadeiro sobre um organismo ou sistema apenas se vários outros o fossem ao mesmo tempo sobre ele. Por exemplo, uma pessoa querer fugir de ursos constitui uma predicação verdadeira apenas se for verdade também que suspeita que haja ursos no caminho e teme serem-lhe danosos, e, por sua vez, tais suspeita e temor pressupõem que a pessoa tenha certas crenças, desejos, etc. e não tenha contrários. No entanto, a abordagem de Ryle estaria tentando reduzir tais enunciados a outros que não os introduzissem, assim indo de encontro com esta feição holista. A objeção é de que, pelo fato destas predicções andarem implicitamente juntas (ou em massa), seguir-se-ia que uma específica poderia ser analisada em termos de um determinado conjunto de condicionais subjuntivos apenas dada a presença de certas entidades mentais correspondentes.

Poder-se-ia, então, reconstruir assim:

- (1) Se as predicções intencionais se caracterizassem (holisticamente) em conjunção umas com outras, então elas designariam entidades mentais correspondentes.
- (2) Se elas designassem entidades mentais correspondentes, então não poderiam ser analisadas em termos de condicionais subjuntivos relacionando contextos e comportamentos sem fazer menção a entidades mentais internas correspondentes.
- (3) Ora, elas caracterizam-se (holisticamente) em conjunção umas com outras.
- (4) Logo, elas não podem ser analisadas em termos de condicionais subjuntivos relacionando contextos e comportamentos sem fazer menção a entidades mentais internas correspondentes. (De (1)-(3), sorites)

²² Heil (2004 [1998]: 61-62).

Esta objeção revela-se equivocada por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, ela comete petição de princípio. Há nela a pressuposição, como se figura no consequente do condicional representado na premissa (1), de que predicacões intencionais designem (supostas) causas internas correspondentes. Ou seja, tal objeção pressupõe de antemão o mentalismo a respeito delas (que questionamos). Por si só, isso releva que, apesar de ser muito frequentemente apontada à abordagem Ryle, ela não é bem colocada.

Em segundo lugar (e isso é também um diagnóstico de tal petição de princípio), é preciso dizer-se que a abordagem, diferentemente de um “behaviorismo lógico” como aquele de Hempel (1980 [1935]), não tem uma motivação reducionista, no sentido de que abraçasse como uma finalidade reduzir as atribuições intencionais a atribuições que não as incluísse. O que Ryle defende, e que está sendo aqui defendido, é uma tentativa de clarificação do funcionamento da linguagem intencional ordinária, e não reduzir o que supostamente fosse mental e interno a algo público. Ora, não há problema com a ideia de que a linguagem intencional possua um traço holista – as cadeias inferenciais de predicacões intencionais fazem parte das regras de operação dela –, na medida em que, sendo isso um fato a ela inerente, é algo que se pretende capturar.

O traço holista deste “jogo de linguagem” é um fato, mas não se segue disso, entretanto, o consequente do condicional expresso em (1). Em outras palavras, do fato de estarmos legitimados a inferir outras predicacões intencionais a partir de uma, não se segue que elas digam respeito a algo além de correlações entre comportamentos, contextos e consequências. Normalmente, não é preciso ir-se muito além em predicacões tais na explicação ou predição de um comportamento, mas, em todo caso, ir-se adiante em tais inferências é ir-se adiante em contextualizar a conduta do organismo em seu padrão maior. A imagem holista sugerida por autores como Dennett (1978, 1987) pode ser admitida livre do elemento mentalista que lhe infundem.

Tomando o exemplo de Heil, dizer-se que uma pessoa queria fugir de ursos e que suspeitava que houvesse ursos no caminho pode significar, por exemplo, que ela se comportaria de modo a fugir de ursos, se estivesse em circunstâncias que sinalizassem a provável presença de ursos, e que, efetivamente, ela estava em uma circunstância deste tipo. Se fosse perguntado à pessoa por que tinha suspeitado que houvesse ursos no

caminho, é bastante provável que diria o suspeito por ter visto certos sinais que eram indícios disso, dado que passou por isso ou casos similares no passado. Podemos imaginar também que diria temer ursos por que achava que eles eram perigosos, já os tendo visto atacar presas ou ouvido falar que eles eram perigosos. Desta maneira (“racionalizando” o comportamento da pessoa), estar-se-ia, indiretamente, remetendo mais e mais às contingências de reforço e de punição de seu repertório comportamental.

5. Conclusão

Este trabalho apóia a tese de que os termos intencionais, em seu uso ordinário, desempenham suas funções de explicar e predizer comportamentos de uma maneira diferente daquela que as abordagens mentalistas defendem ou assumem: formam enunciados que não funcionam pela designação de entidades internas causadoras das ações. De modo positivo, apóia-se a tese de que o fazem sinalizando padrões de comportamento de sistemas inteiros – a qual encontramos, sob certa interpretação, em Ryle (1949), e, mais recentemente, de modo semelhante, em autores como Rachlin (1994). Os enunciados intencionais, em seu uso predicativo, incidem sobre o sistema como um todo, no contexto molar (estendido no tempo) de correlações entre sua conduta e determinadas circunstâncias das quais efeitos controladores são contingentes e lhes constituem ocasião. Desta maneira, tais enunciados servem como bilhetes que nos dão licença para inferir e aguardar ocorrências similares sob circunstâncias similares.

Um dos possíveis problemas maiores com o mentalismo, em muitas de suas versões usuais, tratando-se de uma ideia de seu bojo, é a concepção de comportamento dito intencional ou proposital como comportamento determinado, fundamentalmente, por causas endógenas. Mesmo autores que dão alguma proeminência a aspectos da seleção do comportamento pelas consequências, como Dretske (1988) e Millikan (1993), situam a agência em tais causas, às quais correlacionam (cada um ao seu modo) as predicções intencionais. Nisso, obliteram a redundância que tal correlação implica, e, em alguns casos, deixam de levar em conta a questão de se há coerência conceitual na correlação (coerência com as regras de operação da linguagem intencional; por exemplo, com a mereologia destas predicções). De um ponto de vista operante, como bem enfatiza Rachlin (1994), as causas

endógenas dão-nos apenas respostas a perguntas sobre *como* tais comportamentos ocorrem, e não a perguntas sobre seu *porquê*, que requerem visualização de (por vezes complexas) dinâmicas históricas de *feedback* entre o organismo e seu ambiente, em conjunção com circunstâncias presentes.

Procurou-se mostrar, neste trabalho, que nenhuma das objeções consideradas se revela cogente²³. O desafio colocado por Davidson, perguntando pela inteligibilidade de as explicações intencionais não se referirem a causas, tem subjacente a suposição de que os predicados intencionais estão para atributos presentes no contexto de uma ação, o que a abordagem que defendemos justamente coloca em questão. Sugerimos que o desafio pode ser superado à luz de uma premissa selecionista apropriada sobre as causas do comportamento, tal como enfatizada pela tradição operante em psicologia. As predicções intencionais explicam teleologicamente, contextualizando o comportamento em seu padrão estendido. Sua força explicativa deriva do fato de que as consequências às quais o comportamento se direciona são fatores causais históricos dele e de que os contextos de sua ocorrência nos permitem induzir eventos familiares deste tipo.

A objeção de Armstrong de que os contrafactuais das predicções intencionais têm de ter como fazedores de verdade estados internos deixa de levar em consideração os critérios de aplicação dos termos intencionais em seu emprego ordinário. Ademais, a objeção assume que tais enunciados funcionam referencialmente, como qualquer outro enunciado de estado de coisas. Então, no caso de nenhuma ação estar sendo realizada em determinado momento, eles teriam de estar para algum fato recôndito, essencialmente neurofisiológico ou similar.

Por sua vez, a objeção holista presume que Ryle teria proposto caracterizações reducionistas destas predicções, o que é implausível. Em todo caso, sua abordagem é plenamente compatível com a feição holista delas. É verdade que, a partir desta perspectiva, a linguagem em questão diz respeito a formas de interação comportamental e ambiental, mas isso não implica que seja redutível a uma linguagem mais básica. (A teoria dos sistemas intencionais de Dennett contribui para fazer ver ambas as coisas, com

²³ Uma quarta objeção principal – que encontramos formulada, dentre outros lugares, em Davidson (1984) – questiona o entendimento que a abordagem propõe do estatuto do autoconhecimento. Este é um tema que pretendemos tratar em outro trabalho.

independência do elemento mentalista que acresce à abordagem de Ryle²⁴.) Ademais, o argumento pressupõe tacitamente que, desta feição, se seguiria que elas funcionam pela designação de entidades mentais internas. Explicitando esta premissa, mostramos que a objeção comete petição de princípio e, logo, que não é uma objeção bem colocada.

Filipe Lazzeri

Universidade de Brasília

filipelazzeri@gmail.com

Jorge M. Oliveira-Castro

Universidade de Brasília

jocastro@unb.br

Referências

- Armstrong, D. M. (1968) *A Materialist Theory of the Mind*, London: Routledge.
- Armstrong, D. M. (1999) *The Mind-Body Problem: An Opinionated Introduction*, Boulder, CO: Westview Press.
- Austin, J. L. (1946) 'Other Minds', *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 20: 148-187.
- Austin, J. L. (1975 [1962]) *How to Do Things with Words*, 2nd ed, J. O. Urmson & M. Sbisà (eds.), Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Baum, W. M. (2005 [1994]) *Understanding Behaviorism: Behavior, Culture, and Evolution*, 2nd ed., Malden, MA: Blackwell.
- Bennett, M. R. & Hacker, P. M. S. (2003) *Philosophical Foundations of Neuroscience*, Oxford: Blackwell.

²⁴ Cf. Lazzeri (*forthcoming*).

- Braddon-Mitchell, D. & Jackson, F. (2007 [1996]) *Philosophy of Mind and Cognition: An Introduction*, 2nd ed., Oxford: Blackwell.
- Chiesa, M. (1994) *Radical Behaviorism: The Philosophy and the Science*, Boston: Authors Cooperative.
- Davidson, D. (1980 [1963]) 'Actions, Reasons, and Causes', IN *Essays on Actions and Events* (1980), Oxford: Oxford University Press, 3-19.
- Davidson, D. (1984) 'First Person Authority', *Dialectica* 38 (2-3): 101-11.
- Dennett, D. (1978) *Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Dennett, D. (1987) *The Intentional Stance*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Dretske, F. (1988) *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Dutra, L. H. de A. (2006) 'Comportamento Intencional e Contextos Sociais: Uma Abordagem Nomológica', *Abstracta* 2 (2): 102-128.
- Fodor, J. A. (1975) *The Language of Thought*, New York: Crowell.
- Geach, P. T. (1957) *Mental Acts: Their Content and their Objects*, London: Routledge.
- Glenn, S. S., Ellis, J. & Greenspoon, J. (1992) 'On the Revolutionary Nature of the Operant as a Unit of Behavioral Selection', *American Psychologist* 47 (11): 1329-1336.
- Heil, J. (2004 [1998]) *Philosophy of Mind: A Contemporary Introduction*, 2nd ed., New York: Routledge.
- Hempel, C. G. (1980 [1935]) 'The Logical Analysis of Psychology', W. Sellars (trans.), IN N. Block (ed.) (1980), *Readings in Philosophy of Psychology*, Vol. 1, Cambridge, MA: Harvard University Press, 14-23.
- Lazzeri, F. (forthcoming) 'Um Balanço de Parte da Teoria dos Sistemas Intencionais de Dennett', *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Melden, A. I. (1961) *Free Action*, London: Routledge.
- Millikan, R. G. (1984) *Language, Thought, and Other Biological Categories: New Foundations for Realism*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1993) *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*, Cambridge, MA: MIT Press.

- Peters, R. S. (1958) *The Concept of Motivation*, London: Routledge.
- Putnam, H. (1964) 'Robots: Machines or Artificially Created Life?', *Journal of Philosophy* 61 (21): 668-691.
- Rachlin, H. (1989) *Judgement, Decision, and Choice: A Cognitive/Behavioral Synthesis*, New York: Freeman.
- Rachlin, H. (1994) *Behavior and Mind: The Roots of Modern Psychology*, New York: Oxford University Press.
- Ryle, G. (1932) 'Systematically Misleading Expressions', *Proceedings of the Aristotelian Society* 32: 139-170.
- Ryle, G. (1949) *The Concept of Mind*, London: Hutchinson.
- Skinner, B. F. (1969) *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*, New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1988 [1981]) 'Selection by Consequences', IN A. C. Catania & S. Harnad (eds.) (1988) *The Selection of Behavior*, New York: Cambridge University Press, 11-20.
- Strawson, P. F. (1992) *Analysis and Metaphysics*, Oxford: Oxford University Press.
- Taney, J. (2009) 'Reasons as Non-Causal, Context-Placing Explanations', IN C. Sandis (ed.) (2009), *New Essays on the Explanation of Action*, Hampshire, UK: Macmillan, 94-111.
- Wittgenstein, L. (1967) *Zettel*, G. E. Anscombe & G. H. von Wright (eds.), G. E. Anscombe (trans.), Oxford: Blackwell.
- Wright, L. (1972) 'Explanation and Teleology', *Philosophy of Science* 39 (2): 204-218.